



## MARCOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES NAS ABORDAGENS DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### HISTORICAL MILESTONES AND TRANSFORMATIONS IN GENDER APPROACHES TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT

SILVA, M. R.; SAYAGO, D. A. V. MARCOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES NAS ABORDAGENS DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, Juazeiro do Norte, V.8, N°2, p.84-95, jul./dez. 2024.

**Milanya Ribeiro da Silva<sup>1</sup>**  
*Universidade Federal do Cariri (UFCA)*

**Doris Aleida Villamizar Sayago<sup>2</sup>**  
*Universidade de Brasília (UnB)*

#### RESUMO

Este trabalho expõe, de forma cronológica, os principais marcos históricos que moldaram a relação entre gênero e desenvolvimento sustentável, destacando avanços, lacunas e desafios persistentes. O estudo parte do reconhecimento de que, embora a igualdade de gênero tenha ganhado visibilidade internacional, sua consolidação como eixo transversal nos acordos internacionais ainda é um processo gradual e frequentemente fragmentado. O objetivo central é compreender como conferências, tratados e agendas globais contribuíram para a incorporação da perspectiva de gênero no desenvolvimento sustentável, destacando a importância dessa abordagem para a superação de desigualdades estruturais. Os marcos históricos foram identificados por meio da consulta a documentos e bibliografias. Os dados foram organizados cronologicamente, permitindo a construção de uma narrativa histórica e crítica. Os resultados mostram que, desde a criação da Comissão de Status da Mulher (1946) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), até a Plataforma de Ação de Pequim (1995), houve avanços significativos na incorporação de gênero nas discussões globais. Contudo, os Objetivos de

---

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFCA).

E-mail: [milanya.ribeiro@ufca.edu.br](mailto:milanya.ribeiro@ufca.edu.br).

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).

E-mail: [doris.sayago@gmail.com](mailto:doris.sayago@gmail.com).

Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) falharam em abordar de forma integrada as relações de gênero e desenvolvimento, enquanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030) representaram algum progresso ao incluir o ODS 5 e propor a transversalidade de gênero como estratégia global. Conclui-se que, apesar dos avanços, a integração efetiva da perspectiva de gênero no desenvolvimento sustentável ainda enfrenta desafios consideráveis, exigindo maior compromisso global para promover um futuro mais equitativo.

**Palavras-chave:** Transversalidade de Gênero; Desenvolvimento Sustentável; Conferências Internacionais; Agendas Globais.

## ABSTRACT

This study presents, in a chronological manner, the main historical milestones that shaped the relationship between gender and sustainable development, highlighting progress, gaps, and persistent challenges. The research acknowledges that although gender equality has gained international visibility, its consolidation as a transversal axis in international agreements remains a gradual and often fragmented process. The central objective is to understand how global conferences, treaties, and agendas have contributed to the incorporation of the gender perspective into sustainable development, emphasizing the importance of this approach in overcoming structural inequalities. The historical milestones were identified through consultations with documents and bibliographies. The data were organized chronologically, enabling the construction of a historical and critical narrative. The results show that significant advances in the incorporation of gender into global discussions have occurred since the establishment of the Commission on the Status of Women (1946) and the Universal Declaration of Human Rights (1948) to the Beijing Platform for Action (1995). However, the Millennium Development Goals (2000-2015) failed to comprehensively address the links between gender and development, while the Sustainable Development Goals (2015-2030) represented some progress by including SDG 5 and proposing gender mainstreaming as a global strategy. It is concluded that despite progress, the effective integration of the gender perspective into sustainable development still faces considerable challenges, requiring greater global commitment to promote a more equitable future.

**Keywords:** Gender Mainstreaming; Sustainable Development; International Conferences; Global Agendas.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora a igualdade de gênero tenha ganhado visibilidade nas discussões internacionais, sua consolidação como eixo transversal em políticas públicas e estratégias globais reflete um processo gradual, fortemente influenciado por conferências, tratados e agendas internacionais. Este artigo busca traçar uma cronologia dos eventos que moldaram a relação entre gênero e desenvolvimento, destacando os avanços e desafios enfrentados ao longo de décadas.

A proposta consiste em descrever como eventos e iniciativas globais contribuíram para a incorporação das discussões sobre gênero no desenvolvimento sustentável. Considera-se o papel das conferências, tratados e agendas na promoção da igualdade de gênero como condição essencial para alcançar um desenvolvimento mais equilibrado. Iniciativas como a criação da Comissão de Status da Mulher (1946), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a adoção do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) estabeleceram as bases para o reconhecimento formal da igualdade entre mulheres e homens. No entanto, foi apenas a partir da década de 1970, com a realização de conferências internacionais como a I Conferência Mundial da Mulher (1975) e a proclamação da Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985), que a temática começou a ocupar um papel central nas discussões sobre desenvolvimento.

Compreender o papel histórico dessas conferências e agendas globais é fundamental para construir uma abordagem integrada e transversal da perspectiva de gênero no contexto do desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva permite identificar os avanços obtidos ao longo das décadas, além de evidenciar lacunas e limitações ainda presentes, destacando os desafios que precisam ser superados.

Os marcos históricos utilizados para a construção desta cronologia foram levantados por meio de consultas a fontes primárias, como sites e documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) e relatórios de organizações internacionais, além de trabalhos acadêmicos. Estudos como os de Gonzáles (2019), Sen e Murkherjee (2013), Antrobus (2005) e Braidotti et al. (1994) ofereceram análises críticas sobre o impacto dessas iniciativas.

A sistematização foi conduzida por meio de uma leitura detalhada dos materiais selecionados, buscando identificar os principais eventos e documentos que marcaram a trajetória das questões de gênero no contexto internacional. Os dados foram organizados cronologicamente, permitindo a construção de uma narrativa histórica que evidencia o papel das conferências, tratados e agendas globais na consolidação da transversalidade de gênero. Esse processo também priorizou a identificação de pontos de convergência e lacunas entre diferentes iniciativas internacionais, com foco nas transformações das abordagens de gênero ao longo do tempo.

## **2 UMA CRONOLOGIA SOBRE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Nas primeiras décadas do século XXI, as questões de gênero passaram a ser compreendidas como elementos fundamentais para alcançar um desenvolvimento capaz de promover transformações sociais efetivas. Entretanto, até a década de 1970, tais discussões eram praticamente inexistentes. Antes desse período, as atenções estavam voltadas predominantemente para o crescimento econômico. A Primeira Década de Desenvolvimento das Nações Unidas (ONU), realizada nos anos 1960, exemplificava essa perspectiva, ao priorizar o crescimento econômico e a teoria do gotejamento (*trickle-down economics*) como principais estratégias.

## 2.1 Início das discussões sobre gênero e desenvolvimento na ONU

Dois acontecimentos importantes, anteriores à década de 1970, marcaram as discussões sobre questões de gênero: a criação da Comissão de Status da Mulher (CSW), em 1946, como núcleo dentro da ONU, instituída no ano anterior, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. O próprio instrumento de criação da ONU, a Carta das Nações, destacou a necessidade de igualdade entre mulheres e homens, afirmando que não deveria haver qualquer restrição de gênero na participação em órgãos principais ou subsidiários da instituição. A Declaração Universal reforçou essa perspectiva ao incluir, em seu preâmbulo, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Embora atualmente isso possa parecer evidente, à época representava uma inovação significativa. A declaração, no entanto, não resultou em ações ou mudanças imediatas, mas vinculou os governos a um compromisso jurídico, estabelecendo a igualdade de gênero como um direito humano.

Em 1976, a ONU colocou em vigor o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), aprovado em 1966. O tratado multilateral, em seu artigo 3º, determinava que os países-membros assegurassem a mulheres e homens o mesmo acesso aos direitos enunciados no pacto. De forma mais específica, o artigo 7º destacava a necessidade de garantir salários equitativos para mulheres e homens que realizassem trabalhos iguais, além de assegurar condições de trabalho igualitárias (UN, 1967). No Brasil, o pacto foi ratificado apenas em 1992, por meio do Decreto nº 591 (BRASIL, 1992).

Outro tratado da ONU, desta vez focado nos direitos das mulheres, foi aprovado em 1967 e entrou em vigor em 1979. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) representou a primeira tentativa de estabelecer, por meio de um tratado internacional, a igualdade de direitos das mulheres e a superação da discriminação de gênero. Seu conteúdo resultou de um trabalho realizado entre 1949 e 1962, que buscou abordar os direitos das mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Nesse período, outros documentos importantes foram elaborados, como a Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, de 1952; a Convenção sobre a Nacionalidade de Mulheres Casadas, de 1957; e a Convenção sobre o Casamento por Consenso, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos, de 1962. A partir de 1965, os esforços se concentraram na consolidação dessas discussões em um único instrumento de abrangência internacional.

Esse documento não se consolidou como um tratado, pois não se constituiu em um instrumento que impusesse obrigações legais aos Estados-membros. No entanto, avanços foram alcançados a partir de 1972, quando se iniciaram discussões voltadas à elaboração de uma declaração com força de lei, passível de ser operacionalizada pelos países signatários. Essas discussões ganharam força com a proclamação de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres, que culminou na instituição, pela ONU, do período de 1976 a 1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres. Em 1979, a Comissão para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher foi incorporada à Assembleia Geral da ONU (Pimentel, 2013).

## 2.2 Conferências internacionais

Entre 1975 e 1995, ocorreram as quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres. A I Conferência Mundial da Mulher (CMM) foi realizada na Cidade do México, em 1975, proclamado pela ONU como o Ano Internacional das Mulheres. O evento teve como tema central “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” e, como subtemas, a eliminação da discriminação contra as mulheres e o seu avanço social (ONU, 2020). Desde o início, o evento definiu como público-alvo as mulheres pobres, com base na busca pela erradicação da pobreza (Braidotti et al., 1994). A conferência também estabeleceu as diretrizes para a Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985).

O relatório final da I CMM destacou a subutilização da capacidade das mulheres, grupo discriminado que representava metade da população mundial, como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento social e econômico. Além disso, apontou a reduzida participação política das mulheres como uma das questões prioritárias a serem enfrentadas (UN, 1976).

A II Conferência Mundial da Mulher foi realizada em 1980, na cidade de Copenhague. Os subtemas abordados foram educação, emprego e saúde, e o objetivo central consistiu na revisão e avaliação das metas propostas durante a I Conferência Mundial da Mulher. Constatou-se que poucos avanços haviam sido alcançados em relação às metas estabelecidas. Durante o evento, destacou-se a necessidade de ampliar o acesso e o controle de direitos pelas mulheres, bem como a insuficiência de medidas jurídicas capazes de promover a igualdade de gênero de forma efetiva (UN, 1980).

Ainda na década de 1980, observou-se um considerável aumento na mobilização de movimentos sociais de mulheres provenientes do Sul global, o que fortaleceu a articulação dessas demandas em escala internacional (Braidotti et al., 1994).

Em 1985, ocorreu a III Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Nairóbi. Também conhecida como Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, o evento teve como principal objetivo avaliar os resultados das proposições estabelecidas durante a Década das Nações Unidas para as Mulheres. Sem grandes avanços em relação ao constatado cinco anos antes, foram poucas as medidas efetivas implementadas para reduzir a discriminação contra as mulheres ou promover ações governamentais voltadas ao aumento de sua participação nas esferas econômica, política, social e cultural, assim como nos processos decisórios correspondentes (UN, 1986).

O principal documento resultante das discussões e iniciativas realizadas ao longo da Década das Nações Unidas para as Mulheres foi o *Estratégias com um Olhar no Futuro (Forward-Looking Strategies, FLS)*, lançado na conferência de 1985. O documento enfatizou a necessidade de integrar plenamente as mulheres ao desenvolvimento econômico, com foco no acesso à educação, formação e recursos (Braidotti et al., 1994).

Na III Conferência Mundial sobre a Mulher, foi proposto o termo *gender mainstreaming*, traduzido para o português como perspectiva ou transversalidade de gênero (UN, 1986). No

entanto, o conceito só foi formalmente definido na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada dez anos depois.

A avaliação conduzida durante a terceira conferência evidenciou que as ações propostas até então haviam alcançado apenas um grupo limitado de mulheres, que a responsabilização dos Estados na criação de políticas e normas era baixa e que era necessário transformar a igualdade de gênero em uma preocupação global. Como resposta a essas constatações, foram elaboradas as Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Ano 2000, com o objetivo de orientar ações de longo prazo em prol da integração e do avanço das mulheres em diversos setores.

### **2.3 Consolidação da perspectiva de gênero**

Em novembro de 1991, foi realizado o I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, em Miami, como evento preparatório para a Eco-92. A mobilização para garantir a participação de diversos grupos de mulheres nesse evento foi conduzida pela Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Women's Environment and Development Organization, WEDO). O congresso reuniu 1.500 lideranças de 83 países e resultou no lançamento da Agenda 21 de Ação das Mulheres, que apresentou críticas ao modelo de desenvolvimento dominante e propôs alternativas com enfoque na sustentabilidade e na equidade de gênero (Braidotti et al., 1994; Leach, 2007).

Em Miami, as mulheres destacaram a importância central das pessoas no processo de desenvolvimento, analisando questões relacionadas ao acesso, uso e distribuição de recursos naturais em níveis que variam da família ao cenário internacional. Problemas globais, como o consumo excessivo nos países desenvolvidos, o desenvolvimento inadequado associado a dívidas e ajustes estruturais no Sul global, o crescimento da pobreza, a degradação ambiental, o aumento de refugiados ecológicos e os gastos elevados com guerra e armamentos, foram apontados como desafios cruciais. Baseada em princípios de equidade global, ética dos recursos e fortalecimento das mulheres, a Agenda 21 foi considerada pelas participantes como um guia para uma mudança paradigmática no desenvolvimento, oferecendo estratégias para enfrentar essas questões (Braidotti et al., 1994).

As mulheres exigiram maior inclusão de suas perspectivas e experiências na formulação de políticas em todos os níveis e propuseram um “Planeta Saudável”, no qual democracia participativa, acesso à informação, responsabilidade, justiça e a participação integral das mulheres fossem assegurados. Elas também questionaram o modelo econômico predominante de sustentabilidade e defenderam uma abordagem mais holística, considerando aspectos políticos, sociais e culturais do desenvolvimento sustentável. Nesse encontro, mulheres de diferentes origens geográficas, políticas, raciais e profissionais contribuíram para uma análise coletiva da crise ambiental, reconhecendo seu caráter global e as distintas manifestações regionais desse problema (Braidotti et al., 1994).

Em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra. Paralelamente ao evento principal, ocorreu o Planeta Fêmea, uma iniciativa integrada ao Fórum Global de ONGs. Coordenado pela Coalizão de Mulheres Brasileiras, o Planeta Fêmea apresentou os pontos da Agenda 21 de Ação das Mulheres e reuniu cerca de 30 mil mulheres de diversas partes do mundo.

As preocupações levantadas e as proposições discutidas no Planeta Fêmea, centradas na participação das mulheres no desenvolvimento sustentável, influenciaram os textos finais da conferência, embora de forma limitada e aquém das expectativas.

Durante a Eco-92, foram elaborados diversos documentos oficiais com o objetivo de orientar os Estados no caminho do desenvolvimento sustentável. Entre os principais documentos produzidos destacam-se: a Agenda 21 (1992), a Carta da Terra (1992), a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992), a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (1992), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1992) e a Declaração de Princípios sobre Florestas (1992).

A Agenda 21 consiste em um plano de ação internacional elaborado a partir das discussões da conferência, com o objetivo de ser implementado por governos e pela sociedade civil para promover a sustentabilidade, considerando uma perspectiva de longo prazo (Agenda 21, 1992; Bursztyn; Persegona, 2008). Como principal documento da Eco-92, inclui um capítulo específico dedicado a uma proposta de Ação Mundial pela Mulher, que as reconhece como grupo prioritário nas proposições para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Em 1994, foi realizada a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), no Cairo. Como resultado, foi lançado o Programa de Ação do Cairo, documento que refletiu discussões centradas no desenvolvimento sustentável e na ampliação dos direitos humanos, especialmente os das mulheres, com atenção específica à equidade de gênero. O documento destacou a necessidade de ampliar o acesso das mulheres e meninas à educação e à saúde.

Entre os 15 princípios que fundamentam o Programa de Ação, os temas mais recorrentes incluem: direitos humanos (princípios 1, 3, 4, 10 e 12); desenvolvimento sustentável (princípios 2, 6, 7 e 15); educação (princípios 8, 10, 11 e 14); mulheres e meninas (princípios 4, 8 e 10); e saúde (princípios 8, 11 e 14) (UN, 1994).

Em 1995, foi realizada a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. O relatório da conferência marcou uma mudança significativa ao conceituar o termo gênero como elemento central para a construção da agenda internacional sobre as mulheres. Essa mudança ampliou o debate ao reconhecer a necessidade de analisar toda a estrutura social e suas instituições, entendendo que apenas com a reestruturação dessas instâncias seria possível garantir os direitos das mulheres (UN, 1995).

Conforme a Plataforma de Ação de Pequim, a inserção da perspectiva de gênero passou a abordar as relações de gênero como construções sociais, destacando o poder inerente a essas relações e sua possibilidade de transformação. Essa abordagem rompeu com análises baseadas apenas em características biológicas, propondo, em seu lugar, a compreensão do gênero como produto de relações sociais. O conceito de transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) foi apresentado como um mecanismo estratégico para guiar a construção, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como outras decisões e ações em níveis global, nacional ou local, de forma integrada (UN, 1995; Nanes; Quadros; Zarias, 2017; Tsiges; Synnevag; Aune, 2020). A superação das desigualdades entre mulheres e homens, segundo essa perspectiva, exige a participação de toda a sociedade (Nanes; Quadros; Zarias, 2017).

A Plataforma de Ação de Pequim consolidou-se como o documento mais importante no enfrentamento dos problemas que afetam as mulheres, abordando temas como desigualdade de gênero e direitos humanos (Antrobus, 2005).

Entre 1975 e 1995, ocorreram mudanças significativas nas discussões sobre igualdade de gênero, influenciadas pelas conferências realizadas nesse período de 20 anos. Até então, as mulheres eram analisadas predominantemente a partir de uma perspectiva biológica. Durante esse intervalo, passou-se a reconhecê-las como seres sociais, o que demandou a inserção de debates sobre a interação das mulheres na sociedade e, de forma mais ampla, sobre os papéis desempenhados por mulheres e homens, bem como suas relações. Nesse contexto, consolidou-se a necessidade de adotar a perspectiva de gênero como abordagem central para a análise e formulação de políticas e estudos relacionados ao tema (Abramovay, 1995).

## 2.4 Agendas globais e a transversalidade de gênero no desenvolvimento sustentável

Nos anos 2000, foi realizada a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em Nova York, ocasião em que foi lançada a Declaração do Milênio das Nações Unidas. O documento estabeleceu um compromisso global com o desenvolvimento sustentável, fundamentado na busca pela realização plena dos direitos humanos.

Como desdobramento da Declaração do Milênio, foram definidos oito grandes Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), abrangendo 21 metas e 60 indicadores, com o propósito de nortear as estratégias dos países no período de 2000 a 2015. Os ODM consolidaram-se como elementos norteadores das políticas de desenvolvimento global. Cada objetivo tratava de um tema central, acompanhado por metas e indicadores específicos.

O Objetivo 3 foi dedicado à promoção da igualdade entre os sexos e à valorização da mulher. Contudo a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) resultou no que a Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN) denominou como silos de desenvolvimento. Esse conceito refere-se à fragmentação que ignorou sinergias potenciais entre os objetivos, dificultando uma abordagem integrada. Houve poucas análises sobre os pontos de convergência entre os objetivos, seus princípios, lógicas estruturantes e consequências. Por

exemplo, não foram consideradas as interrelações entre o ODM 3 e questões como erradicação da pobreza, saúde, acesso à água e saneamento (Sen; Murkherjee, 2013).

Conforme apontado por Gonzáles (2019), a ausência de atenção ao sistema de gênero nos textos dos ODM ignorou um importante estruturador social, cuja consideração poderia contribuir para a compreensão de problemas estruturais e desigualdades. Nesse contexto, os ODM não representaram necessariamente um avanço e, em alguns aspectos, configuraram um retrocesso em relação às discussões promovidas pela CEDAW e às implementações decorrentes das conferências do Cairo (1994) e de Pequim (1995) (Sen; Murkherjee, 2013). Diante dessas questões, conclui-se que, mesmo que o ODM 3 tivesse sido plenamente alcançado, as desigualdades entre mulheres e homens não teriam sido efetivamente superadas.

Em 2015, foi realizada a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, promovida pela ONU, na qual 193 Estados-membros aprovaram o documento Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Durante o evento, foi apresentada uma revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e lançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vigência de 2015 a 2030.

Em relação à promoção da igualdade entre mulheres e homens, a Agenda 2030 destacou, em seu preâmbulo, a importância da incorporação da perspectiva de gênero como condição essencial para o alcance dos objetivos propostos, influência direta da Plataforma de Ação de Pequim. Entre os ODS, destacou-se a inclusão de um objetivo específico voltado para a promoção da igualdade de gênero (Objetivo 5). Além disso, foi proposta a incorporação transversal dessa temática em todos os demais objetivos, reforçando a necessidade de integrar a perspectiva de gênero às ações globais de desenvolvimento sustentável.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cronologia apresentada neste estudo destacou os principais marcos históricos na relação entre gênero e desenvolvimento, organizados em quatro grandes eixos. O primeiro abordou o início das discussões sobre gênero e desenvolvimento na ONU, evidenciando como as iniciativas anteriores à década de 1970 lançaram as bases para a formalização da igualdade de gênero no cenário internacional. O segundo eixo apresentou as conferências internacionais, realizadas entre 1975 e 1995, que consolidaram a transversalidade de gênero como estratégia global, culminando na Plataforma de Ação de Pequim. O terceiro eixo, dedicado à consolidação da perspectiva de gênero, examinou eventos como o I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável (1991) e a Eco-92, que ampliaram as discussões para incluir a equidade de gênero como aspecto crucial no desenvolvimento sustentável. Por fim, o eixo das agendas globais e a transversalidade de gênero no desenvolvimento sustentável explorou as transições das abordagens de gênero nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030), evidenciando avanços, lacunas e os esforços para integrar de forma mais robusta a igualdade de gênero nas políticas globais.

A cronologia apresentada neste trabalho permitiu identificar a evolução histórica das discussões sobre gênero e desenvolvimento no contexto internacional, destacando avanços, lacunas e desafios ainda existentes. Desde as primeiras iniciativas, como a criação da Comissão de Status da Mulher (1946) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), até os marcos recentes, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fica evidente que a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas globais não ocorreu de forma linear, mas refletiu um processo gradual e constantemente influenciado por conferências e tratados internacionais.

As conferências internacionais entre 1975 e 1995, especialmente a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim (1995), desempenharam um papel fundamental na consolidação do conceito de gênero como construção social e na introdução da transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) como estratégia global. No entanto, a análise da cronologia também evidenciou que a integração de gênero nas agendas globais enfrentou retrocessos, como observado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que limitaram-se a tratar a igualdade de gênero de forma fragmentada, ignorando as sinergias entre os objetivos e suas implicações estruturais.

A transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015, marcou uma tentativa mais robusta de incorporar a perspectiva de gênero como eixo central e transversal nas políticas de desenvolvimento global. O ODS 5, dedicado à igualdade de gênero, é um reflexo direto desse esforço, embora os desafios para sua implementação efetiva ainda persistam. A cronologia evidenciou que as desigualdades de gênero permeiam diversas esferas – social, econômica, política e ambiental – e que sua superação é indispensável para o alcance de um desenvolvimento sustentável em sua totalidade.

Por fim, este estudo conclui que a construção de uma abordagem integrada e transversal da perspectiva de gênero continua sendo uma necessidade premente. Apesar dos avanços alcançados, as lacunas identificadas ao longo da cronologia apontam para a urgência de compromissos mais efetivos e de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero como um componente intrínseco ao desenvolvimento sustentável. Ao revisitar eventos históricos e analisar suas contribuições e limitações, este trabalho reforça a importância de um olhar crítico e contínuo sobre a trajetória de gênero e desenvolvimento, com vistas a fortalecer as estratégias globais para um futuro mais equitativo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. Uma conferência entre colchetes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.1, pp. 212-218, jan. 1995.
- ANTROBUS, P. Critiquing the MDGs from a Caribbean Perspective. **Gender and Development**, v. 13, n. 1, pp. 94-104, 2005.
- BRAIDOTTI, R. et al. **Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: para uma síntese teórica**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.
- BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm). Acesso em: 03 de out. de 2024.
- BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- GONZÁLEZ, P. H. G. ¿Tienen perspectiva de género los ODS? In: GARCIA, M. J. A. (Coord.). **Necesidad de la igualdad de género para transformar nuestro mundo**. Diego Marín: Múrcia-Espanha, 2019.
- LEACH, M. **Earth mother myths and other ecofeminist fables: how a strategic notion rose and fell**. **Development and change**, n. 38, v.1, pp. 67-85, 2007.
- NANES, G; QUADROS, M. T.; ZARIAS, A. WID, WAD e GAD: uma introdução ao debate sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. SANTOS, D. A. dos; CARDOSO, M. G. C.; SCOTT, P. **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais**. Recife: Editora UFPE, 2017.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferências Mundiais da Mulher (2020)**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 06 de set. de 2024.
- PIMENTEL, S.. **Apresentação (2013): Convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher: Cedaw, 1979**. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf). Acesso em: 04 de ago. De 2020.
- SEN, G.; MURKHERJEE, A.. **No empowerment without rights, no rights without politics: gender-equality, MDGs and the post 2015 development agenda. The power of numbers: a critical review of MDG targets for human development and human rights (the project)**. Harvard University. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dawnfeminist.org/wp-content/uploads/2017/12/no\\_empowerment\\_without\\_rights\\_no\\_rights\\_without\\_politics\\_gender\\_equality\\_mdgs\\_and\\_the\\_post\\_2015\\_development\\_agenda.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dawnfeminist.org/wp-content/uploads/2017/12/no_empowerment_without_rights_no_rights_without_politics_gender_equality_mdgs_and_the_post_2015_development_agenda.pdf). Acesso em: 10 de ago. de 2024.
- TSIGE, M.; SYNNEVAG, G.; AUNE, J. B. Is gender mainstreaming viable? Empirical Analysis of the practicality of policies for agriculture-based gendered development in Ethiopia. **Gend. Issues**, v. 37, pp. 125-152, 2020.
- UN. United Nations. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (1967)**. Disponível em: [https://treaties.un.org/doc/Treaties/1976/01/19760103%2009-57%20PM/Ch\\_IV\\_03.pdf](https://treaties.un.org/doc/Treaties/1976/01/19760103%2009-57%20PM/Ch_IV_03.pdf). Acesso em: 30 de out. de 2024.

UN. United Nations. **Report of the International Conference on Population and Development** (1994). Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/27/SupportingDocuments/A\\_CONF.171\\_13\\_Rev.1.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/27/SupportingDocuments/A_CONF.171_13_Rev.1.pdf). Acesso em: 17 de jun. de 2024.

UN. United Nations. **Report of the Fourth World Conference on Women (1995)**. Disponível em: <https://www.un.org/esa/gopher-data/conf/fwcw/off/a--20.en>. Acesso em: 09 de jul. de 2024.

UN. United Nations. **Report of the World Conference of the International Women's Year (1976)**. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_mexico.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf). Acesso em: 05 de ago. de 2024.

UN. United Nations. **Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace (1980)**. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Copenhagen/Copenhagen%20Full%20Optimized.pdf>. Acesso em: 28 de set. de 2024.

UN. United Nations. **Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace (1986)**. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_nairobi.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf). Acesso em: 25 de out. de 2024.